



Assembleia Municipal de Setúbal

Moção

Pelo fim dos constrangimentos nas urgências de ginecologia e obstetrícia na Península de Setúbal

Aquando do anúncio do Governo da criação de urgências regionais na Península de Setúbal, várias comissões de utentes e sindicatos expressaram a sua oposição, porque esta não é a solução para garantir às grávidas os cuidados de saúde que têm direito.

Apenas três meses depois, a vida está a demonstrar, como era previsível, que o Hospital Garcia de Orta não tem capacidade para dar resposta a toda a Península de Setúbal. Vários alertas foram feitos, que no Hospital Garcia de Orta não seria possível realizar um número de partos na ordem de 4500/5000 partos por ano (que corresponde ao número de partos anual na Península de Setúbal nos últimos anos), número superior ao número de partos realizado pela Maternidade Alfredo da Costa. E consequentemente, que as grávidas iriam continuar a percorrer quilómetros para serem atendidas.

Na semana passada, veio a público que mulheres grávidas da Península de Setúbal estavam a ser encaminhadas para hospitais na região de Lisboa, porque o Hospital Garcia de Orta não conseguia dar resposta. Devido aos constrangimentos que se verificaram em diversos períodos, devido à falta de profissionais de saúde, o serviço de urgência de ginecologia e obstetrícia do Hospital Garcia de Orta esteve encerrado para o exterior, recebendo apenas as grávidas encaminhadas pelo CODU.

Considerando que:

1. A urgência centralizada de âmbito regional de ginecologia e obstetrícia da Península de Setúbal, criada pelo Despacho n.º 4515/2026, de 7 de abril, entrou em funcionamento a 15 de abril de 2026, funcionando em dois polos: no Hospital Garcia de Orta, em Almada, e no Hospital de São Bernardo, em Setúbal;





Assembleia Municipal de Setúbal

2. Contrariamente ao que o Governo afirmou, a concentração das urgências de ginecologia e obstetrícia na Península de Setúbal e o encerramento do serviço de urgência de ginecologia e obstetrícia do Hospital do Barreiro não trouxeram estabilidade;
3. Perdeu-se proximidade, perdeu-se capacidade, não se resolveu nenhum problema e as grávidas continuam a ser encaminhadas para hospitais de Lisboa e até para hospitais privados, estes últimos, os grandes beneficiados desta decisão do Governo;
4. O serviço de Ginecologia/Obstetrícia do Hospital de São Bernardo, em Setúbal, perdeu quatro médicos desde agosto de 2025, ficando reduzido a apenas sete especialistas, o que tem provocado constrangimentos no funcionamento da atividade programada e também da urgência;
5. Para que o Hospital de São Bernardo pudesse assegurar o funcionamento ininterrupto da urgência, mesmo que apenas para casos referenciados pelo CODU, o serviço necessitaria de, no mínimo, 14 especialistas;
6. O diretor do serviço de Ginecologia/Obstetrícia do Hospital de São Bernardo afirma que nunca foi contactado pela Direção Executiva do SNS sobre o plano de reorganização dos cuidados obstétricos na Península de Setúbal;
7. Também o Hospital Garcia de Orta perdeu nove obstetras em poucos meses, e o seu serviço de Ginecologia/Obstetrícia tem atualmente cerca de 15 médicos, embora parte não realize serviço de urgência;
8. As urgências de ginecologia-obstetrícia da Península de Setúbal foram as que apresentaram maiores constrangimentos;
9. Os autarcas dos municípios de Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal manifestaram-se contra o encerramento dos serviços de urgência de obstetrícia e ginecologia, tendo saído de uma reunião com a ministra da Saúde “mais preocupados” do que quando entraram, e sem prazos para a reabertura dos serviços encerrados.



Nestes termos, a Assembleia Municipal de Setúbal delibera:

1. Manifestar a sua profunda preocupação com os constrangimentos verificados nas urgências de ginecologia e obstetrícia da Península de Setúbal, em particular no Hospital Garcia de Orta e no Hospital de São Bernardo;
2. Manifestar o seu repúdio pela decisão do Governo de concentrar as urgências de ginecologia e obstetrícia na Península de Setúbal, com o consequente encerramento do serviço de urgência de ginecologia e obstetrícia do Hospital do Barreiro, que veio agravar os constrangimentos no acesso das grávidas aos cuidados de saúde;
3. Exigir ao Governo a reposição do serviço de urgência de ginecologia e obstetrícia do Hospital do Barreiro e a garantia de que nenhuma grávida da Península de Setúbal será privada do acesso a cuidados de saúde de qualidade, com proximidade e dignidade;
4. Exigir ao Governo a adoção de medidas urgentes para a contratação de médicos especialistas de ginecologia e obstetrícia para o Hospital Garcia de Orta, o Hospital de São Bernardo e o Hospital de Nossa Senhora do Rosário, de modo a garantir o funcionamento pleno dos serviços de urgência e a atividade programada;
5. Remeter a presente moção ao Ministério da Saúde, à Direção Executiva do Serviço Nacional de Saúde, à Unidade Local de Saúde de Almada-Seixal, à Unidade Local de Saúde da Arrábida e à Assembleia da República.

Assembleia Municipal de Setúbal, 17 de julho de 2026

Os eleitos da CDU